

# As estratégias do Circuito Cultural Liberdade e as táticas dos públicos: acontecimentos, atravessamentos e resistência

Letícia Alves Lins e Francine Altheman

## **Resumo**

*O artigo discute a relação entre as empresas patrocinadoras do Circuito Liberdade, importante centro cultural na cidade de Belo Horizonte, e as práticas sociais implementadas pelos públicos na região. Analisa-se o local como um espaço público marcado por atravessamentos e resistências. Utiliza-se da contribuição conceitual de Rancière (2015) para mostrar a convivência de um comum partilhado e de vários pequenos comuns exclusivos e por vezes excludentes. E do conceito de públicos de Dewey (2004) e de Quéré (2003) para discutir os públicos que se dão a ver no local a partir das experiências e dos acontecimentos vividos. Pretende-se mostrar que para além do processo contemporâneo de espetacularização das cidades, responsável por atender aos interesses de certos grupos de poder, os resultados da patrimonialização demonstram uma relação de luta e de resistência por parte dos cidadãos.*

**Palavras-chave:** Espaço Público. Corporações. Públicos. Acontecimentos.



## Introdução

O presente artigo busca analisar o espaço<sup>1</sup> público que compõe o Circuito Liberdade, em Belo Horizonte, composto por museus, centros de cultura e Praça da Liberdade, com ênfase nas estratégias corporativas de empresas privadas que patrocinam esse espaço e sua relação com os públicos frequentadores do local. Queremos mostrar como isso pode caracterizar um conflito no âmbito do público e do privado.

Na primeira parte descrevemos, brevemente, a história da Praça da Liberdade até os dias de hoje. Resgatamos as várias intervenções que esse local sofreu ao longo de sua trajetória, bem como os diferentes públicos que se conformaram em seu entorno. Partimos do pressuposto que a Praça, e o Circuito do qual faz parte, são formados do entrecruzamento entre as políticas públicas urbanas, as estratégias corporativas das empresas e os efeitos das mais diversas práticas sociais que ali se instauram a partir de seus públicos. Relação essa que não é pacífica, mas sim dada por conflitos, dissensos e resistências.

Na segunda parte discutimos o espaço público Circuito Cultural Liberdade a partir dos conceitos de *comum* de Rancière (2005) e de *táticas e estratégias* de Certeau (1994). Nossa intenção é mostrar como esse espaço é a princípio supostamente um lugar pertencente a todos, em que cada um pode participar (isso porque se localiza no centro da cidade), todavia, o comum não é partilhado da mesma forma por todos.

Na terceira parte apresentamos as estratégias de ocupação das corporações incluindo as representações visuais que demarcam a presença das marcas e as ações culturais com vistas a criar relacionamento com os públicos. Analisaremos três locais específicos: Museu Minas Gerais *Vale*, Museu de Minas e do Metal da *Gerdau* e Casa *Fiat* de Cultura.

Na quarta parte, apresentamos o conceito de públicos de Dewey (2004), Quéré (2003) e Warner (2002) com vistas a discutir como os públicos se dão a ver ali e são conformados por acontecimentos e experiências vividas com e no local e que essa formação foge do controle daquilo que foi planejado, *a priori*, pelos administradores da cidade e pelas empresas patrocinadoras, sendo marcada por resistência e insurgência. Apresentamos também as potencialidades e controvérsias dessa relação.

Para concluir, mostramos que para além do planejamento e das estratégias implementadas no espaço pela parceria Público e Privado, a cidade resiste e embora algumas histórias tenham sido solapadas no momento da restauração, elas ressurgem e são recontadas pelos usos e pelas práticas de resistência que os cidadãos exercem no lugar.

## Belo Horizonte, Praça da Liberdade e Circuito Cultural Liberdade – histórias que se cruzam

A história da Praça da Liberdade mistura-se com a inauguração da capital mineira. Ela foi construída na fundação de Belo Horizonte, em 1897, com o

1 Ao longo do texto, será usado espaço e lugar como sinônimos.

objetivo de abrigar a sede do governo, concentrando, ao seu redor, o Palácio da Liberdade e as primeiras secretarias do Estado.

A Praça nasce, portanto, com fortes características governamentais, pois era o complexo administrativo do Estado: o Palácio da Liberdade abrigava o governador e, ao seu redor, estavam as secretarias. Pela sua localização central e por abrigar a sede do governo de Minas a Praça tornou-se palco de várias manifestações políticas da cidade, constituindo-se no local preferido dos manifestantes.

Além dos grupos de resistência outro público que passou a povoar a Praça foram os servidores que vieram trabalhar nas secretarias e como consequência transferiram suas moradias para a região. Tal fenômeno deu origem ao bairro Funcionários, que surge no final do século XIX para abrigar os trabalhadores que vinham de Ouro Preto, então sede do governo.

A Praça se transformou também em um ponto de encontro dos moradores da capital. De *footing* – momento de paquera e sociabilidade no início de sua fundação – a *cooper* – atividade ligada aos hábitos saudáveis e busca de qualidade de vida, que perdura até hoje, são várias as intervenções que esse espaço sofreu ao longo da história.

Em 1942, durante a Segunda Guerra Mundial, foi palco de grandes manifestações contra os países do eixo; em 1955, foi o local escolhido para a comemoração de posse do então governador Juscelino Kubitschek; em 1985, recebeu milhões de pessoas que vieram velar o corpo do Presidente Tancredo Neves. Recentemente, voltou a ser o local escolhido para as manifestações dos grupos de direita, contra a corrupção e a favor do impeachment da presidente Dilma Roussef e da prisão do presidente Lula.

Na década de 1980, sediou a Feira Hippie, frequentada por visitantes de todo o país. Tal uso foi tão intensificado que em determinado momento passou a ser considerado danoso para o conjunto paisagístico da Praça.

Em 1991, a Minerações Brasileiras Reunidas (MBR) assumiu a restauração do local, como uma tentativa de compensar a degradação ambiental provocada por suas operações na Serra do Curral. Neste mesmo ano, o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (CDPCM-BH) tombou o conjunto urbanístico da Praça, incluindo a área do entorno, reitereando o tombamento dado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG) em 1977.

Em 2010, a Praça abandona sua função administrativa, com a transferência do governo e das secretarias para sua nova sede em Venda Nova. Neste momento ela é incorporada ao Circuito Liberdade. Em um modelo de gestão baseado na parceria público-privado adota-se, a partir daí, um conceito de “vitrine” de Belo Horizonte, estratégia que faz parte de um mesmo processo contemporâneo de “[...] espetacularização das cidades, indissociável das novas estratégias de marketing e enobrecimento” (GARCIA E RODRIGUES, 2016, p.396). A Praça passa então do poder estatal à cultura, com forte marca corporativa.<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Silva e Ziviani (2016) apontam uma mudança no enfoque e no planejamento dos espaços urbanos em muitas cidades da América Latina e da Europa a partir dos anos 1990. Elas explicam que essa

Porém, de acordo com Garcia e Rodrigues (2016), o processo de restauração do conjunto arquitetônico do Circuito Liberdade traz as marcas de um passado selecionado e interpretado pelos restauradores, leitura que acaba por solapar vários outros passados. Essa situação não é invisível e nem se mantém sem dissensos e fraturas de significado. São exatamente essas disjunções que queremos analisar e discutir nesse artigo.

Partimos da hipótese de que o Circuito Liberdade é um lugar marcado por tensão e conflito, que se dá no entrecruzamento entre o planejamento arquitetônico e urbano pensado pela cúpula administrativa da cidade, as estratégias corporativas das empresas patrocinadoras e os usos empreendidos pelos sujeitos sociais no seu movimento diário de ocupação desse espaço.

A metodologia usada para a análise foi a observação participante, que consiste na integração do pesquisador-observador à situação, por meio de uma participação direta e pessoal. O espaço foi visitado durante uma semana ininterrupta, em horários diversos, de modo a tentar abarcar o maior número de usos possíveis tanto da Praça como dos museus escolhidos para a amostra. Optou-se por concentrar a análise em museus patrocinados por empresas privadas (Vale, Gerdau e Fiat). O motivo para tal escolha se deu pelo objetivo do presente estudo que é flagrar as relações/dissensos entre Praça, corporações e públicos. Partimos do pressuposto que são essas as empresas que exercem uma atuação maior com vistas a ganhar saldo positivo de imagem para as suas marcas a partir do patrocínio, sendo assim, são nesses espaços que o dissenso que queremos analisar se faz presente, de modo mais contundente. Para evitar que nossa presença pudesse intervir no funcionamento do espaço nos misturamos ao contexto como se fossemos turistas, isso nos permitiu fazer notas descritivas e registros fotográficos durante a observação, o que posteriormente nos auxiliou na análise. De acordo com Laville e Dionne:

[...] a observação participante permite ‘ver longe’, levar em consideração várias facetas de uma situação, sem isolá-las umas das outras; entrar em contato com os comportamentos reais dos atores, com frequências diferentes dos comportamentos verbalizados, e extrair o sentido que lhes atribuem (LAVILLE e DIONNE, 1999, p. 181).

Era exatamente esta a nossa intenção no trabalho de campo: explorar parte do espaço público formado pelo Circuito Liberdade, apreender algumas de suas peculiaridades e analisar como se dá a relação entre a Praça, as corporações e os públicos que ali habitam.

## O Espaço Público Circuito Liberdade

O Circuito Liberdade pode ser definido como um espaço público urbano cujas características são:

---

transformação se dá pela ‘descoberta’ do espaço público como cenário para medidas urbanísticas de revitalização e que visa fortalecer as áreas centrais em contraposição das áreas de expansão dispersas. Isso explica bem o movimento de revitalização empreendido na área *central* de Belo Horizonte e a transferência de sua sede administrativa para Venda Nova, região *dispersa* da cidade.

[...] lugar público por excelência, que comporta toda sorte de atores individuais e coletivos, usos territoriais institucionalizados e cotidianamente configurados, memórias e discursividades diversas, sentidos atribuídos e construídos, experiências e experimentações, apropriações simbólicas e concretas, entre outros. E que também, simultaneamente, comporta uma rede complexa e intensa de relações sociais – antagônicas, complementares, paralelas, convergentes, simbióticas, parasitas, consensuais, conflitantes –, refletindo diferentes padrões de diálogo e negociação (SILVA e ZIVIANI, 2016, p. 18).

Ele é gerido por várias organizações, que têm a concessão de uso do local e fazem a gestão do mesmo. Sendo assim, embora seja aberto, a princípio, ao convívio de todos, há uma regulação de seu uso que habilita ou não a entrada e permanência dos cidadãos, ou seja, este é também um espaço de conflito, de disputa, em que barreiras simbólicas e invisíveis se dão a ver.

Ao pensar na totalidade do conjunto arquitetônico podemos dizer, nos termos de Rancière (2005), que o Circuito é um comum, em que se tem a partilha de um sensível a qual “[...] revela [...], ao mesmo tempo, um comum partilhado e partes exclusivas [...] (p. 15) composta de vários pequenos comuns. Os diferentes museus que compõem o acervo, as corporações responsáveis por sua manutenção, a Praça da Liberdade que os reúne ao centro, os diversos públicos que frequentam o local compõem uma unidade característica e peculiar desse lugar, por outro lado, cada um desses locais carrega diversidades e características bastante peculiares. Ainda com base em Rancière é a partir da existência de um sentido comum que as disputas e as diferenças aparecem.

Do lado de fora do complexo arquitetônico, ao redor da Praça, pode-se perceber os esportistas que caminham no período da manhã e da tarde, os transeuntes que passeiam e, muitas vezes, param ali para descansar, namorar, brincar, etc. Grupos de jovens que usam o local para beber, conversar, socializar. Diversas empresas e instituições que usam a Praça para atividades culturais. Manifestantes que se reúnem para ali protestar. Moradores de rua que lá habitam. Esses, a despeito da proposta que envolve o seu entorno, parecem desconsiderar que ali se faz um complexo cultural. Suas práticas remetem ao uso tradicional que sempre os belo-horizontinos fizeram do lugar, reflexão que nos remete novamente a Rancière, que discute a necessidade de se alterar o tempo e o espaço do lugar, caso contrário, a experiência, o uso, volta. Uso esse que nos remete ao conceito de tática de Michel de Certeau (1994), “[...] a tática é a arte do fraco [...] é astúcia”. (p. 101). Como pontuam Garcia e Rodrigues:

[...] ocorrem no entorno do prédio outras formas de apropriação que se assentam em sua dimensão pública e percebem sua historicidade como espaço de sociabilidade e manifestação da diversidade. São usos que se colocam em contraponto à lógica das ‘revitalizações’ [...] (GARCIA e RODRIGUES, 2016, p. 254).

Do lado de dentro, percebe-se a frequência de crianças em visitas técnicas de escola, empresas que alugam os museus para eventos corporativos, turistas, enquetes culturais, etc. Esses usos alinhados à estratégia (CERTEAU, 1994) das corporações que abrem os museus para serem um espaço de convívio e sociabilidade de grupos específicos da cidade e de turistas. “As estratégias são [...] ações que, graças ao postulado de um lugar de poder [...] são capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem” (p.102).

São exatamente as estratégias de ocupação desse espaço cultural empreendidas pelas corporações no Circuito Liberdade, que apresentaremos na próxima seção.

### **Estratégias institucionais no Circuito Liberdade**

Ao olhar para os museus a partir do conceito de espetacularização das cidades proposto Garcia e Rodrigues (2016), podemos perceber que há um padrão de aproveitamento e organização dos prédios, que carregam certo requinte e sofisticação. Também fica claro como esses territórios são de representação das corporações que estampam sua marca e demarcam um lugar. A começar pelo nome, todos os locais carregam a insígnia de suas empresas. Certeau (1994) vai enfatizar o “[...] poder mágico que dispõem os nomes próprios” (p.185), responsáveis por já, de princípio, atrelar o território à organização.

O modo como cada corporação estampa sua logomarca é diferente. O Museu Minas Gerais Vale carrega fortemente a marca de sua instituição. Por toda a parte percebe-se a presença do logo da empresa. A placa da entrada já estampa o nome do memorial em destaque. Dentro do prédio, há sinalizações com o nome da organização em vários pontos. Em um jardim de inverno, dentro da instalação, está uma placa com a *hashtag* “#valeconhecer”, que é vista de qualquer lugar em que o visitante se encontre. Caracterizado como o museu de experiência, o memorial instiga os visitantes a descobrirem a história dos costumes mineiros do século XVIII até o momento atual. Composto por trinta e uma salas, o ambiente mistura tecnologia e cenários tradicionais com vistas a criar um espaço rico e futurista<sup>3</sup>.

O MM Gerdau – Museu de Minas e do Metal também exhibe com veemência sua marca, neste caso, porém, ela fica reservada ao primeiro andar. A placa de entrada apresenta o nome do museu e seu respectivo patrocinador e, ao final do primeiro pavimento, tem-se um conjunto de painéis que mostram o *core business* da empresa e suas práticas. Nos outros dois andares de exposição quase não se vê menção à instituição. Porém, o acervo e a proposta do museu estão diretamente atrelados ao negócio da corporação, o que leva o visitante a estar em contato indireto com a organização durante todo o tempo de permanência. Chama a atenção o modo como a estrutura original do prédio tombado foi encoberta por uma estrutura metálica, moderna, que interliga os três níveis. Fato que é extremamente criticado pelo arquiteto Benedito Oliveira:

3 Informações baseadas no Guia de Visitação do Memorial Minas Gerais Vale.

Nas propostas de revitalização das antigas edificações da Praça da Liberdade, existem sérios questionamentos relativos aos usos e programas que estão sendo implantados e à forma autoritária de condução do processo, que está mutilando o patrimônio e inviabilizando a conservação integral da Praça. As intervenções propostas [...] não visam restaurá-las, mas sim descaracterizam-nas, na medida em que não respeitam seus espaços internos e suas volumetrias, suas intenções plásticas e seus ornamentos, os sistemas construtivos e os materiais originais dessas edificações (OLIVEIRA, 2009, p. 5).

Além da mutilação da estrutura da edificação original, o MM Gerdaui foi muito criticado por desconsiderar o acervo do Museu da Escola, instituição museológica que funcionava ali anteriormente, e por ter incorporado o Museu de Mineralogia Professor Djalma Guimarães sem o devido cuidado com a documentação de caráter permanente a qual foi entregue ao Arquivo Público da Cidade (APCBH)<sup>4</sup>. Segundo Garcia e Rodrigues tal negligência só vem reforçar a “[...] concepção de museu voltada para a espetacularidade e o sensorial sem maior preocupação com a produção de conhecimento” (2016, p. 246).

Embora faça parte do Centro Cultural Liberdade, a Casa Fiat de Cultura, diferentemente dos dois espaços citados anteriormente, não se localiza no entorno da Praça e sim numa rua perpendicular, um pouco mais à frente. Divergindo também dos outros dois, o modo como sua marca é trabalhada é bem mais discreta e reservada. Essa só aparece no painel de entrada, numa pequena placa no interior da instalação onde se apresentam os patrocinadores, e na porta do elevador. Porém, todo o espaço tem as cores do logo, vermelho e cinza, e sua arquitetura é moderna. A proposta cultural também é diferente, são duas galerias que expõem mostras itinerantes. Além disso, há um auditório para eventos empresariais.

De acordo com Garcia e Rodrigues (2016), os dois principais conceitos quando se pensa em patrimonialização são memória e esquecimento. Ao olhar para os espaços visitados com base nesse pressuposto o que se pode inferir é que há um duplo movimento. Perde-se consideravelmente a memória original do lugar que é substituída pelas memórias de Minas, das tradições concernentes às regiões em que as respectivas empresas patrocinadoras atuam ou das atividades fins das mesmas. O que nos leva a concordar com os autores supracitados os quais defendem que a história contada pelos museus e suas corporações é a história dos restauradores e que, muitas vezes, atende às estratégias de marca dos seus patrocinadores.

A partir das diferentes impressões coletadas na visita cabe refletir o que Garcia e Rodrigues problematizaram ao citar Hartog: há uma indústria do patrimônio ligada aos projetos de requalificação urbana que promovem o enobrecimento e visam incentivar o turismo. Ainda segundo os autores, a escolha dos

<sup>4</sup> Garcia e Rodrigues relatam como esse ocorrido comprometeu gravemente o exercício das funções museológicas do MM Gerdaui, forçando seus funcionários a procurarem a APCBH sempre que precisam de informações que não detêm.

locais a serem patrimoniados baseia-se mais no atendimento dos interesses de uma elite cultural e econômica do que na real preservação da memória e dos anseios da população.

Em virtude disso, os espaços não partilham o sensível de modo igualitário. Rancière (2005; 2009) propõe que a partilha estética do sensível envolve, ao mesmo tempo, uma série de transformações em relação a modos de distribuição de competências e modos de pensar acerca do que configura uma comunidade. Nos espaços analisados, a ocupação dos mesmos é limitada pela própria produção dos enunciados, que intimida aqueles que não são reconhecidos como parte. Sendo assim, os que não se sentem integrantes continuam do lado de fora, na praça, na rua e é nesse espaço que notamos as táticas. São essas que tentaremos esboçar na próxima seção.

### **Acontecimentos e experiências no Circuito Liberdade: as táticas dos públicos**

Um dos principais desafios das organizações, sejam elas públicas ou privadas, é manter um relacionamento com seus públicos de interesse. Para isso, elas lançam mão de estratégias diversas, quase sempre permeadas pela comunicação organizacional. Essas estratégias fomentam potencialidades diversas, mas também podem ter controvérsias importantes associadas a elas.

Refletindo sobre as potencialidades e controvérsias em torno das estratégias de comunicação que foram observadas no Circuito Liberdade, percebe-se a necessidade de retomar o início deste trabalho, para recuperar a formação dos públicos em torno da Praça Liberdade, desde o seu nascimento.

Os públicos se formam a partir de um acontecimento e em torno de experiências, quando indivíduos buscam cooperativamente resolver problemas que afetam as suas vidas (DEWEY, 2004; QUÉRÉ, 2003). Para Dewey (2004), a formação do público está intrinsecamente ligada a atos praticados por outros e que têm consequência direta na vida desses públicos. Ou seja, os públicos se instauram nas rupturas na continuidade da experiência, formando novas formas de sociabilidade. O público consiste em todos aqueles que são afetados pelas consequências indiretas das transações a tal ponto que se considera necessário ter essas consequências tratadas sistematicamente (p. 65).

Já Quéré (2003) atribui a formação do público a uma natureza acontecimental, pois estão marcadas por afetações e acontecimentos, convocando os sujeitos a se reconfigurarem no mundo. “[...] o que define um público é o modo de associação na experiência de uma situação, portanto, uma forma determinada de agir e de suportar algo juntos” (p. 129).

Por outro lado, Warner (2002) pontua que os públicos agem historicamente, no ritmo dos acontecimentos em curso. O autor pontua que há públicos que têm uma vida em circulação, independentemente de um grande acontecimento.

Nesse sentido, retomemos as observações em torno da Praça Liberdade. A Praça, com seu estilo arquitetônico belo, é uma experiência constante, no sentido de Dewey (2010), pois ela proporciona uma experiência que ocorre continu-

amente. Naquele espaço, as coisas são experimentadas, desde o seu surgimento, como distração e dispersão, não formando, assim, um público específico. São diversos públicos – transeuntes, turistas, manifestantes, moradores de rua, pessoas que buscam uma atividade esportiva ou lazer – que se cruzam na Praça.

No entanto, se considerarmos os acontecimentos históricos que ali ocorreram recentemente, veremos que existem experiências singulares em torno da Praça, que são determinantes para a formação de públicos específicos. Uma experiência singular é única e define-se por situações e episódios específicos, que rompem com um status quo (DEWEY, 2010).

Existem duas experiências singulares que marcam a Praça da Liberdade e, conseqüentemente, a formação de seus públicos. A primeira experiência está ligada ao seu surgimento, como espaço do poder político em Belo Horizonte. Essa configuração refletiu na formação de um público específico no entorno da Praça: os servidores públicos que deram origem ao Bairro Funcionários. Além disso, essa experiência deu movimento a uma comunicação pública que ali se instaurou, ou seja, a proposição de uma mídia corporativa, de caráter eminentemente público, destinada a um público de interesse específico e marcada por uma configuração específica.

Em 2010, outro acontecimento se deu a ver: a mudança do governo de Estado daquela região e a sua transformação em espaço cultural marcado pelo apoio de grandes corporações. A partir dessa experiência singular, a transformação de um espaço governamental em espaço cultural, houve a formação de novos públicos, ainda mais diversos, que se misturaram aos públicos decorrentes das experiências constantes, já que eles, de certo modo, se fundem.

Esses acontecimentos, como bem colocado por Marques e Mafra (2015), partem de um dissenso, uma ruptura, que neste caso está marcada pela mudança abrupta do governo de Estado e uma transformação do local, para mover sujeitos em experiência, “que irrompem sob a forma de acontecimento, motivados pelas cenas de dissenso ora engendradas por suas ações e performatividades” (p. 186).

Uma cena de dissenso é estética e política ao mesmo tempo porque é o resultado da constituição de uma esfera específica de objetos supostamente comuns e de sujeitos supostamente capazes de descrever essa comunidade, de argumentar sobre ela e de decidir em seu nome (RANCIÈRE, 2009). A ação política estabelece, assim, montagens de espaços, sequências temporais, formas de visibilidade, modos de enunciação que constituem o real da comunidade política e dissensual.

O público que se forma no Circuito Liberdade, *a priori*, é um público que nasce, portanto, do dissenso, no sentido de Rancière (2005), já que ele surge de um acontecimento e de uma experiência singular, que rompe com o constante, com o cotidiano, e instaura algo novo em seu lugar. Ou seja, ele surge de uma controvérsia. O público que vive ali uma experiência constante, que faz da Praça um espaço de lazer e de uso tradicional, permanece, apesar do dissenso, e pode ser incorporado a esse novo público.

Por outro lado, existe ali outro público, vulnerável e invisibilizado, que não

partilha da experiência estética e de lazer que a Praça proporciona. São os transeuntes que não estão ali pelo lazer ou pela cultura, mas que vivem no entorno. Ao ganhar as ruas, esses corpos ficam vulneráveis, mas isso não significa que eles são incapazes ou fracos. A vulnerabilidade é recorrentemente associada com a vitimização ou a incapacidade de ação. É importante atentar para como os discursos de vulnerabilidade e proteção rotulam indivíduos e grupos como vulneráveis e se isso leva à discriminação, estereotipagem e intervenções paternalistas indesejáveis.

Ao refletir acerca de formas de resistência presentes nas insurgências contemporâneas, Butler e Athanasiou (2016) não negam que a vulnerabilidade, ligada à auto exposição, pode ser um recurso importante para a promoção de modos de ação coletiva, promovendo princípios de justiça. Elas buscam avaliar aspectos de vulnerabilidade que informam modos de resistência, questionando enquadramentos que recusam formas de agência política desenvolvidas em condições de dureza, sem presumir que elas sempre serão eficazes. As autoras advogam que a vulnerabilidade associada à aparição física na cena pública é uma exposição deliberada diante do poder, fazendo parte da resistência política como ato corporal.

São esses dois aspectos, a ruptura com o consenso ligada à performance e, consequentemente, a vulnerabilidade ligada às táticas e estratégias do público que vive no entorno, que observamos no espaço analisado. Esse público resiste, apesar de sua condição e torna visível os fios de poder que articulam sujeitos, práticas e as instituições (FOUCAULT, 2015).

Ainda assim, a estética percebida nesse espaço relaciona-se com um conjunto de profundas transformações nos modos de visibilidade e circulação, redefinindo os mundos vividos ali e a distribuição entre o que as pessoas são capazes de fazer e o que não são, quem é capaz e quem não é capaz (RANCIÈRE, 2005).

A partir daí, o desafio é trabalhar as potencialidades, por meio das mídias corporativas, desse espaço público, mesmo com todas as barreiras que lhe são impostas, como vimos acima.

As grandes corporações que patrocinam as instituições que compõem o Circuito Liberdade buscaram como estratégia o que se convencionou chamar de marketing cultural, e que, no Brasil, conhecemos como comunicação (AUGUSTO e YANAZE, 2010), com ênfase em estreitar o relacionamento com um público cada vez mais importante para as organizações: a comunidade.

Entende-se, portanto, que a estratégia de comunicação estabelecida no Circuito Liberdade visa a colocar em movimento uma comunicação com os públicos que se formam não somente na Praça da Liberdade, provenientes de uma experiência constante, mas também os públicos que surgiram por conta da experiência singular de transformação cultural daquele espaço. Todos esses públicos podem ser compilados no público de interesse formado pela comunidade, a qual se volta à comunicação realizada por meio da ação cultural.

Assim, todos os patrocínios acima mencionados, que formam e transformam as mídias corporativas do Circuito Liberdade, afetando seus públicos, são

a forma pelas quais as corporações buscam se aproximar dos diversos públicos com os quais ela se relaciona, direta ou indiretamente.

A sociedade civil ganha com essas iniciativas, porque o envolvimento das empresas promove e mantém o local, levando cultura e entretenimento para diversos públicos. E as organizações também ganham, pois consolidam sua marca diante de públicos indiretos, ganham vantagem competitiva e identificam sua marca a algo extremamente positivo.

Não esquecendo, porém, que ao fazê-lo priorizam os interesses de uma determinada elite cultural e econômica ao invés de se preocuparem com a real preservação da memória e dos anseios da população, “[...] as transformações dos espaços não são transformações objetivas, representativas de um progresso que considera o interesse dos habitantes da cidade como um todo” (GARCIA e RODRIGUES, 2016, p. 253). Antes, porém, fazem parte do processo contemporâneo de espetacularização das cidades o qual está ligado diretamente a estratégias de marketing e enobrecimento, que visam em primeiro plano o incentivo e fomento ao turismo. Controvérsia a qual as corporações têm que lidar na gestão desse espaço público.

### Considerações Finais

Nosso objetivo nesse trabalho foi pensar o Circuito Cultural Liberdade enquanto espaço cultural no sentido amplo, marcado por atravessamentos, resistências, divergências, lutas, subversão e liberdade. Interessava-nos, em especial, olhar para a relação instituída entre as corporações patrocinadoras da região e os diferentes públicos frequentadores desses locais e da Praça da Liberdade que funciona como o centro de convivência desse conjunto arquitetônico.

Ao cruzar os diferentes momentos históricos que marcaram a trajetória do lugar, o movimento contemporâneo de espetacularização das cidades e os usos que os públicos continuam dando ao espaço, podemos inferir que temos um comum partilhado, nos termos de Rancière (2005), mas que é marcado por várias partes exclusivas e, por vezes, excludentes.

E, embora algumas histórias do local tenham sido solapadas no processo de revitalização dos museus, elas surgem vivas e resistentes nos usos e nas práticas sociais dos sujeitos que lá convivem.

Deste modo, para as marcas que ali se instauraram com a intenção de conseguir ganhos para sua imagem, resta entender a lógica desse processo e tentar se aproximar e compartilhar desse espaço comum. Sem, portanto, acreditar que um apagamento da história ou uma padronização dos usos seja possível, pois não é. “[...] a constituição do que chamamos de espaço público não foge à dimensão da negociação, do reconhecimento, da permanência, do embate e da produção constante de consensos e dissensos” (SILVA e ZIVIANI, 2016, p. 15).

A cidade resiste, os públicos têm força, a resistência acontece e as histórias renascem a despeito da vontade e do planejamento do governo e das empresas.

---

***Circuito Cultural Liberdade's strategies and public's tactics: events, crossings and resistance.***

**Abstract**

*The article discusses the relationship between the companies sponsoring Circuito Liberdade, an important cultural center in the city of Belo Horizonte, and the social practices implemented by the public in the area. The site is analyzed as a public space marked by crossings and resistance. Ranciére's (2015) conceptual contribution is used to show the coexistence of a shared common and several small exclusive and sometimes exclusionary common – and from the publics' concept by Dewey (2004) and Quéré (2003) to discuss the public that are seen on the location from experiences and events lived. It is intended to show that, in addition to the contemporary process of cities spectacularization, responsible for meeting the interests of certain power groups, the patrimonialisation results show a relationship of struggle and resistance on the citizens' part.*

**Keywords:** Public Space. Corporation. Public. Events.

---

**Referências**

AUGUSTO, E; YANAZE, M H. Gestão estratégica da cultura: a emergência da comunicação por ação cultural. *Revista Organicom*, São Paulo, ECA/USP, ano 7, n. 13, p. 65-79, jul./dez. 2010.

Belo Horizonte Surpreendente. Governo de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.belo Horizonte.mg.gov.br/>>. Acesso em: 04 dez. 2016. \_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://belo Horizonte.mg.gov.br/atrativos/roteiros/passado-e-presente/praca-da-liberdade-do-poder-politico-cultura>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

BUTLER, J; ATHANASIOU, A. **Dispossession**: the performative in the political. Cambridge (UK): Polity Press, 2016.

DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

DEWEY, J. En busca del público. In: \_\_\_\_\_. **La opinión pública y sus problemas**. Madrid: Ediciones Morata, 2004, p. 59-76.

\_\_\_\_\_. **Arte como experiência**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FRANÇA, Oliveira R. Acontecimento. In: FRANÇA, Vera Veiga; MARTINS, Bruno

Guimarães; MENDES, André Melo (Org.). **Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade** (GRIS): Trajetória, conceitos e pesquisa em comunicação. Belo Horizonte: PPGCom UFMG, 2014, p. 52-55.

GARCIA, L.; H. A; RODRIGUES, R. L. O tempo, a carne e a pedra, reflexões sobre o patrimônio em Belo Horizonte. In: SILVA, Regina H.A; ZIVIANI, Paula (Org.). **Cidade e Cultura**: rebatimentos no espaço público. Belo Horizonte: Autêntica, 2016, p. 221-264

HARTOG, F. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A Construção do Saber**. Manual de Metodologia da pesquisa em ciências sociais. Porto Alegre: Ed. Artes Medicas.; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MAFRA, R; MARQUES, Â. Diálogo e organizações: cenas de dissenso e públicos como acontecimento. In: MARQUES, Ângela C. S.; OLIVEIRA, Ivone de Lourdes (Org.). **Comunicação organizacional**: dimensões epistemológicas e discursivas. Belo Horizonte : Fafich/UFMG, 2015, p. 185-193.

OLIVEIRA, B. T. Circuito Cultural da Praça da Liberdade, em Belo Horizonte, MG: Um desrespeito a um “Monumento Nacional”, 2009, 33p. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/81474008/Circuito-Cult-p-Liber-Desrespeito>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

QUÉRÉ, L. Le public comme forme et comme modalité d’experience. In: CEFAÏ, D.; PASQUIER, D. (Org.). **Les sens du public. Publics politiques, publics médiatiques**. Picardie: Presses Universitaires de France, 2003.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível**. São Paulo: Ed. 34, 2005.

\_\_\_\_\_. The method of equality: an answer to some questions. In: ROCKHILL, Gabriel; WATTS, Philip (ed.). **Jacques Rancière: History, Politics, Aesthetics**. Durham and London: Duke University Press, 2009. p.273-288.

SILVA, R. H.A; ZIVIANI, P. (Org.). **Cidade e Cultura**: rebatimentos no espaço público. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

WARNER, M. Publics and Counterpublics. *Revista Public Culture*. Duke University Press, v. 14, p. 49-90, 2002.

WERNECK, G. Nossa história: Praça da Liberdade, palco de lutas e conquistas. *Jornal Estado de Minas*, Belo Horizonte, 21 mar. 2015. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/03/21/interna\\_gerais,629817/nossa-historia-praca-da-liberdade-palco-de-lutas-e-conquistas.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/03/21/interna_gerais,629817/nossa-historia-praca-da-liberdade-palco-de-lutas-e-conquistas.shtml)>. Acesso em: 14 abr. 2018.

Data de submissão: 15/04/18  
Data de aceite: 08/05/2018

